

A DESARTICULAÇÃO DA “IGREJA DA LIBERTAÇÃO” (1979-1989).

Adriano Henriques Machado, Ivan Aparecido Manoel. – História – História – Departamento de História - Faculdade de História, Direito e Serviço Social - Campus de Franca.

A Igreja latino-americana passou por um processo de esquerdização em vários de seus setores, durante as primeiras décadas da segunda metade do século XX. Contribuíram para essa esquerdização, tanto aspectos econômicos e sócio-políticos do subcontinente, quanto o espírito de mudança que ocorria dentro da Igreja Católica mundial, a partir do Concílio Vaticano II.

Nesse período, os países da América Latina viveram um momento de grande agitação política e social. Esses países foram influenciados fortemente pelo contexto mundial, viviam na constante tensão da guerra fria entre o bloco capitalista, comandado pelos Estados Unidos e o bloco socialista representado pela União Soviética e na esperança de qual seria o resultado da primeira revolução socialista na América Latina, realizada em Cuba no ano de 1959.

Dentro desse contexto mundial, o Brasil vivia um clima de grande efervescência nas suas camadas populares e em muitos setores da sociedade, o qual teve seu apogeu no início da década de 1960, principalmente durante o governo de João Goulart.

No Brasil, os primeiros setores, que passaram por um processo de esquerdização, foram os movimentos leigos ligados a Ação Católica, com destaque para o caso da Juventude Universitária Católica (JUC).

A JUC tinha o objetivo de recristianizar a universidade, porém a evangelização nunca se tornou o seu objetivo principal. Desse modo, a JUC, desde o início do apostolado, passou a se aproximar das idéias e das práticas de esquerda e a lutar por mudanças nas estruturas da sociedade brasileira. O que muito contribuiu para essa mudança foi a influência de pensadores franceses, tais como o padre Louis Joseph Lebreton, Emmanuel Mounier, Jacques Maritain, do padre brasileiro Henrique de Lima Vaz e a utilização do método ver, julgar e agir.

A JUC também recebeu a influência do marxismo durante os anos 1950 e início dos anos 1960. Um marco importante nesse o processo de esquerdização ocorreu durante o Congresso de 10 anos da JUC, em 1960, onde ela assumiu como prioritário o engajamento sobre as transformações sociais e aumentou o grau de suas críticas perante as estruturas sociais e o sistema capitalista.

Ligado a essa politização da JUC, está a formação da Ação Popular (AP), no início de 1972. A AP foi um movimento de caráter não confessional, que continha grande presença de cristãos na sua fundação e propunha a luta por uma sociedade mais justa, condenando tanto o capitalismo, quanto o socialismo implantado por alguns países da época.

Assim, esse processo de esquerdização da JUC e sua posterior radicalização com a Ação Popular, durante os anos 1950 e 1960, ficou conhecido como “esquerda católica”. Apesar da JUC ter sido dissolvida em 1966, devido ao aumento de suas divergências com a hierarquia e a AP, ter sofrido fortemente com a repressão e com divisões internas, que levaram a perda do caráter cristão do movimento, acreditamos que esses movimentos foram fundamentais para a consolidação do processo de esquerdização de parte do catolicismo brasileiro.

Dentre as muitas contribuições trazidas pela “esquerda católica” dos anos 1960, podemos citar primeiramente a conscientização de seus militantes, visando o engajamento sobre o temporal, procurando fazer do católico um agente histórico transformador da sociedade. Além de suas influências, já que esses movimentos a partir de autores como Pe. Lebreton, Mounier, Pe. Vaz e posteriormente com a influência do Marxismo, a JUC e a AP fizeram pela primeira vez no Brasil a junção do pensamento católico com o pensamento socialista.

Nesse período, a Igreja, em âmbito mundial, também passava por uma transformação, com o Concílio do Vaticano II, realizado entre outubro de 1962 e dezembro de 1965. Pois, a partir dele, a Igreja Católica rejeitou a simples condenação ao mundo moderno e mais do que isso, ela abriu espaço para que se buscasse novas formas de evangelização, o que levou a instituição a novos horizontes pastorais-teológicos, principalmente na América Latina.

Dentro do contexto sócio-político, a revolução Cubana de 1959 e a implantação de ditaduras militares em vários países da América Latina contribuíram de forma substancial para a esquerdização de parte do catolicismo latino-americano.

A Revolução de 1959 teve um grande significado simbólico e se tornou numa forte influência sobre os partidos e grupos de esquerda dos outros países latino-americanos, principalmente naqueles que acreditavam, que a revolução socialista seria conseguida através da luta armada.

Por outro lado, os golpes militares foram fundamentais para a transformação da Igreja latino-americana, principalmente para a brasileira. Apesar da Igreja apoiar o golpe militar de 1964, devido à “ameaça comunista”, a partir de dezembro de 1968, com a edição do Ato Institucional nº5 (AI-5), ocorreu o aumento das perseguições, prisões, torturas e assassinatos de quem se posicionava contrário ao regime, sendo que, muitas dessas perseguições visavam elementos pertencentes à própria Igreja. Perante essa situação, uma expressiva parte da Igreja Católica Brasileira, passou a fazer uma defesa atuante dos direitos humanos, a criticar e denunciar as atrocidades que eram cometidas pela repressão do regime.

No plano interno, o episcopado latino-americano passou por grandes mudanças durante os anos 1960 e 1970. Dois acontecimentos, que melhor representaram essas mudanças, foram a II e a III Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano (CELAM), realizadas respectivamente em Medellín, na Colômbia, no ano de 1968 e em Puebla, no México, no ano de 1979.

Na Conferência ocorrida em Medellín, os bispos passaram a criticar as estruturas sociais consideradas injustas, a violação dos direitos humanos, a violência institucionalizada e estimularam a criação das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), além de adotarem a opção de estar ao lado do pobre e do oprimido ou como ficou conhecido posteriormente o mote “opção preferencial pelos pobres”.

A III Conferência reafirmou a “opção preferencial pelos pobres” e adotou como prioridade a busca pela libertação integral do homem. Dessa maneira, tanto Medellín, quanto Puebla, na tentativa de transpor o Concílio Vaticano II para a América Latina, buscaram novas análises e demonstraram novas preocupações, como podemos perceber nas críticas veementes às injustiças sociais, às violações dos direitos humanos e quando adotaram como lema a “opção preferencial pelos pobres”.

Do ponto de vista teórico, a Conferência de Medellín pôde ser vista como o ponto de partida fundamental, que teve como resultado principal a formulação de uma nova teologia latino-americana nos anos seguintes. A Teologia da Libertação, como ficou conhecida posteriormente, aprofundará alguns conceitos trabalhados em Medellín, mas trará como elemento novo, uma ligação com o marxismo, através da utilização de alguns elementos marxistas para a análise da realidade latino-americana.

Outro fator que levou a uma grande transformação dentro da Igreja, a qual buscava uma maior aproximação e dava uma maior importância aos setores leigos, foi a criação das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs). Dessa maneira, as CEBs, apesar de em seu início terem apenas um caráter pastoral; com o decorrer do seu desenvolvimento, foram ganhando um forte caráter de conscientização, pois seus participantes, a partir das discussões de seus problemas e na tentativa de resolverem os mesmos de forma coletiva, levou a uma “politização” de grande parte de seus participantes e das próprias CEBs.

Dentro desse contexto de transformação interna, a partir de 1970, todo esse processo de “esquerdização” do catolicismo latino-americano culminou na criação de uma própria teologia, conhecida como Teologia da Libertação, a partir dos escritos de vários teólogos latino-americanos, dos quais destacam-se o jesuíta peruano Gustavo Gutiérrez, os teólogos brasileiros Leonardo e Clodovis Boff e o chileno Pablo Richard, entre outros.

O primeiro livro dessa nova teologia e considerado, pelos especialistas, o mais fundamental de todos, foi publicado em dezembro de 1971, pelo peruano Gustavo Gutiérrez, chamado: “Teologia da Libertação: perspectivas” no qual o autor tentou buscar uma justificativa ideológica para as novas práticas da Igreja Católica, utilizando, na maioria das vezes, conceitos marxistas e os combinando com os princípios doutrinários do cristianismo.

Partindo desse pensamento, Gutiérrez, defendia claramente que a Igreja Católica e os cristãos deveriam tomar parte nesse processo de libertação e crítica a posição da Igreja Católica latino-americana, que até aquele momento sempre esteve do lado dos “dominadores” e buscava a construção de uma sociedade em que não haja oprimidos, a partir da destruição das estruturas sistêmicas que os oprimem, com apoio das ciências sociais e através da construção de um novo socialismo.

Porém, essa corrente da Igreja Católica, que tinha uma visão mais esquerdista, perdeu força dentro das estruturas da Igreja Católica, a partir do início do pontificado de João Paulo II. Desse modo,

o presente trabalho tem como objetivo principal analisar como a política do Vaticano do período compreendido entre 1979-1989, contribuiu para que essa vertente da Igreja Católica se desarticulasse.

Para isso, analisamos desde as ações concretas que contribuíram para a desarticulação dessa vertente da Igreja, como a condenação a um ano de silêncio obsequioso do frei Leonardo Boff, devido à publicação do seu livro “Igreja, Carisma e Poder”, em 1981, no qual o teólogo criticava fortemente as estruturas da Igreja Católica, e a transferência de bispos ligados a “Igreja da Libertação” e a nomeação de bispos conservadores ou ligados a outras tendências, tais como a Renovação Carismática Católica.

No plano teórico, os discursos proclamados por João Paulo II, na III Conferência do CELAM, realizada em Puebla, no ano de 1979, e durante sua visita ao Brasil, no ano de 1980, já demonstravam como seria a política desse papado para com essa vertente da Igreja.

Entretanto, esse processo de desarticulação se concretizou com a publicação de dois documentos redigidos pelo cardeal Joseph Ratzinger (atual papa), quando este era prefeito da Santa Congregação Para a Doutrina da Fé. O documento “*Libertatis Nuntius – Instruções sobre alguns aspectos da Teologia da Libertação*”, de 1984 e o documento “*Instrução sobre a liberdade cristã e a libertação*”, publicado no ano de 1986, nos quais os pressupostos teóricos da Teologia da Libertação são duramente criticados, desde a sua concepção de salvação e construção do Reino de Deus, até a sua ligação com as ciências sociais e com o marxismo.

Desse modo, é lícito dizer, que houve um processo de desarticulação dessa “Igreja da Libertação”, entre os anos de 1979 e 1989. Ao mesmo tempo, ficou explícito que houve uma contribuição do Vaticano, tanto no plano prático quanto no plano teórico, para que essa vertente da Igreja se desarticulasse, o que não significa dizer, que fatores como a redemocratização e a crise do socialismo em âmbito mundial, não contribuíram para esse processo.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Ivan Antônio de. **Movimento fé e política** – A síntese de uma tragédia. 1. ed. Ouro Preto: UFOP, 2000.

BEOZZO, Pe. José Oscar. **Cristãos na Universidade e na política: história da JUC e da AP**. Petrópolis: Vozes, 1984.

BOFF, Leonardo; BOFF Clodovis. **Como fazer Teologia da Libertação**. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

CATÃO, Francisco. **O que é teologia da libertação**. São Paulo: Nova Cultural/ Brasiliense, 1986.

CONGREGAÇÃO PARA A DOCTRINA DA FÉ. **Instrução sobre a liberdade cristã e a libertação**. 5. ed. São Paulo: Paulinas, 2000.

CONGREGAÇÃO PARA A DOCTRINA DA FÉ. **Instrução sobre alguns aspectos da Teologia da Libertação – Libertatis Nuntius**. 1984. Disponível em: <<http://www.dicionariodafe.com.br/documentos/documentos.htm>>. Acesso em: 03 out. 2006, 14:50:00.

GUTIÉRREZ, Gustavo. **Teologia da Libertação: perspectivas**. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 1986.

LIBANIO, João Batista. **Teologia da Libertação**. Roteiro didático para um estudo. São Paulo: Loyola, 1987.

LÖWI, Michael. **Marxismo e teologia da libertação**. 1. ed. São Paulo: Cortez, 1991.

MAINWARING, Scott. **A Igreja Católica e a Política no Brasil (1916-1985)**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

MANOEL, Ivan A. A esquerdização do catolicismo brasileiro (1960-1980: notas prévias para uma pesquisa). **Estudos de História**, v.7, n.1, p. 135-148, 10 jun. 2000.

MOREIRA, Memélia. O cerco a Igreja progressista. **Cadernos do terceiro mundo**, v. 11, n.115, p. 64-71, 10 out. 1998.

PAULO II, João. **A palavra de João Paulo II no Brasil (discursos e homilias)**. Paulinas, 1980.

SEMERARO, Giovanni. **A primavera dos anos 60**: A geração de Betinho. S. ed. São Paulo: Loyola/Centro João XXIII, 1994.

SERBIN, kenneth P. **Diálogos na sombra**: Bispos e militares, tortura e justiça social na ditadura. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.